

O CONSUMO E AS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

Norberto Pinto dos Santos*

RESUMO

A sociedade contemporânea tem presenciado a diversificação das formas de trabalho e dos modos de consumo que contribuem, em conjunto, para a reestruturação dos modos de vida das populações, e concretamente das famílias. As alterações estruturais na esfera do emprego impõem novas formas de utilização do tempo livre, com as famílias a adoptarem estratégias várias que se concretizam numa diversidade de formas de trabalho. O mundo da reprodução social e o da produção predominantemente informal, aproximam-se e criam novas relações sociais. O consumo de massas, as novas tecnologias domésticas, a integração da mulher na produção — assumindo o duplo papel de principal agente de reprodução social e trabalhadora —, a alteração das estruturas familiares e o acréscimo da importância dos percursos pendulares dos indivíduos assumem-se como factos relevantes que importa debater.

Palavras chave: Consumo das famílias, trabalho, reprodução social.

RÉSUMÉ

La société contemporaine assiste à la diversification des formes de travail et des modes de consommation qui contribuent, ensemble, à la restructuration des modes de vie des populations et des familles en particulier. Les changements structuraux dans la sphère de l'emploi imposent des nouvelles formes d'utilisation du temps libre, avec les familles adoptant des stratégies variées qui se concrétisent dans une diversité de formes de travail. Le mode de la reproduction sociale et celui de la production principalement informelle s'approchent et créent de nouveaux rapports sociaux. La consommation des masses, les nouvelles technologies familiales, l'intégration de la femme à la production — en assumant le double rôle de principal agent de reproduction sociale et celui de travailleuse —, les changements des structures familiales et l'accroissement de l'importance des parcours pendulaires des individus se present comme des faits significatifs qu'il faut débattre.

Mots clés: Consommation des familles, travail, reproduction social.

ABSTRACT

Contemporary society has witnessed the diversification of work forms and modes of consuming that have contributed, together, to restructure population's, and specifically family's, way of life. Structural changes in the employment sphere are imposing new schemes on the utilization of free time, with families adopting several strategies that are materialized in a diversity of work forms. The domains of social reproduction and of predominantly informal production have come closer together to create new social relationships. Mass consuming, new domestic technologies, the integration of women in production — combining the roles of main agent in social reproduction and of worker —, the modification of family structures and the increasing importance of individual's journey-to-work mobility are significant facts that require discussion.

Key words: Family consumption, work, social reproduction.

* Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

1 — A SOCIEDADE DO TERCIÁRIO, A GLOBALIZAÇÃO CULTURAL E O CONSUMO DE MASSAS

A temática do consumo das famílias tem merecido por parte de diferentes autores, em diferentes áreas disciplinares, uma atenta investigação. De facto, o consumo inscreve-se no sistema de acumulação capitalista como fenómeno central de análise a par da produção. Como afirma J. M. MAYER no prefácio da obra de BAUDRILLARD, “A Sociedade de Consumo” (1970, p. 11), este “surge como modo activo de relação, como modo de actividade sistemática e de resposta global, serve de base a todo o nosso sistema cultural”. E a sociedade caracteriza-se, hoje, por uma tendência de globalização cultural que altera as normas, modifica os comportamentos, subverte as tradições e dilui os significados. De alguma forma, “o consumo generalizado de imagens, de factos e de informação também se esforça por esconjurar o real nos signos do real (...) e o que caracteriza a sociedade de consumo é a universalidade do *fait divers* na comunicação de massa” (BAUDRILLARD, 1970, p. 25). O aumento da mobilidade geral, a valorização dos sistemas de informação e telecomunicação, a procura do bem-estar social são fenómenos generalizados no sistema social dos nossos dias que contribuem para o carácter normativo e estandardizado dos comportamentos. Mas, contudo, permite integrar desvios comportamentais cada vez maiores, conjugando-os e diversificando as relações sócio-económicas e culturais daí resultantes. Todo este processo é ampliado pelo extraordinário aumento da população urbana, ou da população abrangida ou influenciada pelo modo de vida urbano, devido à circunstância de estarem mais expostas ao impacto dos meios de comunicação, ao *marketing*, à diversidade das normas sociais urbanas². Pode-se ainda acrescentar como factores estruturantes do sistema social a importância do Estado Providência como organizador sócio-económico e político-cultural e a multiplicidade de consumos criados pelo mercado e pelo Estado. A difusão de informação e inovações e a interacção espacial motivam a diversificação de contactos, de fluxos, de relações e de percursos que a hierarquia e a organização social urbana ampliam. Isto contribui para a formação de uma sociedade sócio-economicamente “seguidista” onde o impacto social da planificação determina a prossecução de orientações concretas de acção que estimulam opções pré-definidas e opiniões modeladas. Daí que se verifique que “cada vez se produz mais para toda a parte e cada vez se consome mais o que é produzido em todo o mundo” (GAMA e SANTOS, 1991, p. 104), embora se a cultura representa o que é

partilhado com todos os outros, representa simultaneamente aquilo que é partilhado apenas com alguns (WALLERSTEIN, 1993, p. 31), o que corrobora a ideia expressa de que a sociedade normaliza as atitudes, as relações e os comportamentos, mas integra-as, mesmo quando divergentes, “uma vez que todos estes processos estão dependentes da globalidade da organização social e, particularmente, das dinâmicas do modo de produção, com uma estreita relação entre os modos de desenvolvimento e os modos de produção” (CASTELLS, 1989, p. 12). Pode-se pois afirmar que a forma de viver a cultura é representativa de um modo de desenvolvimento, que CASTELLS denomina por informacional, em que o conhecimento mobiliza e gera novos conhecimentos, num processo de acumulação que assenta no desenvolvimento da microelectrónica.

O conceito integrador de cultura torna-se mais explícito quando se compreende que dele tudo parece poder fazer parte desde que referenciado com o conhecimento e a actividade criativa, com a “cultura a assemelhar-se a um tronco sólido que dá todo o tipo de frutos, sendo a soma de todas as variedades uma árvore única (...) e no termo cultura inclui-se desde a mais sublime criação artística ao último registo de um extravagante *record* no Guinness” (ZORRILLA, 1990, p. 17).

Todo o processo de partilha cultural, visto em sentido lato, faz com que a sociedade actual se confronte com a necessidade de esbater as diferenciações regionais num contexto onde cada vez mais se verifica a importância da qualidade na prossecução desses objectivos. A consciencialização por parte dos indivíduos e dos grupos sociais de que devem ter perante a lei os mesmos deveres, mas também as mesmas regalias, impõe comportamentos que reflectem a vontade de usufruir, mesmo em espaços não centrais, das vantagens das populações que se encontram no centro, “lá, onde as coisas acontecem” (REYNAUD, 1981, p. 32). Daí que a procura de serviços e comércio especializados, a exigência de qualidade de vida e bem-estar, coloque também em questão as desigualdades existentes entre áreas centrais e áreas periféricas. Isto, de alguma forma, demonstra que, em termos regionais, também os serviços e o comércio têm um papel relevante crescente no potencializar dos factores endógenos, permitindo mais facilmente que as regiões passem a contar com os seus próprios recursos. Como nos diz REYNAUD (1981, p. 78) a industrialização tem um papel chave a par do espírito de empresa, da flexibilidade das estruturas, da abertura sobre o mundo, entre outros aspectos; mas o terciário pode ter um papel motor na economia através do seu papel multiplicador de rendimentos e de emprego (embora com uma progressão mais lenta) e através de um papel de controlo social e económico com a complementaridade evidente entre o secundário e o terciário (BAILLY e MAILLAT, 1988, p. 63 a 76) entre a produção e o consumo. Isto acontece quer de forma directa, através dos serviços às empresas, quer indirectamente, por intermédio das economias de

² Estas são tendencialmente de grande abrangência espacial devido ao importante papel difusor dos centros urbanos em termos culturais, sociais, administrativos, de ordenamento territorial, entre outros.

aglomeração que se estabelecem promovendo o aparecimento de novos serviços à população e de comércio mais variados, mais especializados e representativos de imagens de marca. Por seu lado, os serviços, que podem ter simultaneamente a vertente empresarial e para as famílias (como acontece, por exemplo, com os bancos e seguros) diversificam os seus serviços como acontece com outros que têm como objecto final o consumo das famílias. Isto sucede, quer satisfazendo procuras crescentes, quer criando a sua própria clientela (galerias de arte, serviços domiciliários, discotecas, cinemas, concertos, ocupação de tempos livres infantis e juvenis, institutos de línguas), ou ainda outros relacionados com o Estado Providência (Saúde, Assistência, Educação) sendo de salientar a importância crescente das alternativas privadas (hospitais, escolas, segurança social, bombeiros, agentes de segurança) que o substituem e o suplantam num período onde a crise parece ser o denominador comum em todas as suas facetas.

Regiões em que a indústria parece não ter uma importância relevante na economia ou está em estagnação, podem, todavia, apresentar um desenvolvimento que resulta, no caso português, de um conjunto de actividades que se relacionam com o sector terciário da economia de que se salientam: “- o crescimento dos serviços dirigidos ao consumo colectivo (saúde, educação, administração local); - o crescimento dos serviços de consumo individual (comércio, restaurantes, cafés, hotéis, reparações, serviços pessoais ou personalizados), devido, quer ao aumento do rendimento disponível, quer ao aumento da procura de actividades ligadas ao turismo; - a expansão das obras públicas, em virtude da necessidade de criar novas infraestruturas, e da construção civil” (PEREIRA, 1989, p. 515). Isto sucede porque o desenvolvimento “não se limita ao crescimento das actividades industriais mas passa seguramente pelo satisfazer das necessidades básicas da população” (PEREIRA, 1989, p. 513). Mas são as necessidades culturais de validade qualitativa que têm também que ser satisfeitas. Torna-se, por isso, pertinente salientar que a descentralização deve integrar uma vertente sócio-cultural que implica serviços relacionados com o lazer, com a cultura, com o desporto, para assim alargar a difusão da qualidade, que ao motivar o consumo funciona como normalizador social. Efectivamente, “o que está em causa é a exigência de qualidade na funcionalidade das acções mais correntes ou a escolha de soluções que tenham em conta implicações ecologistas, ambientais, sociais e culturais” (PORTAS, 1988, p. 71). A difusão desta qualidade dos centros urbanos principais para os secundários e destes para as suas periferias é muito importante na sociedade actual e evidencia o significado motor dos centros, não apenas em função do sector industrial (produtivo), mas também devido ao conjunto de fluxos geridos pelas actividades de circulação e distribuição — que vêm aumentar a sua importância também no sector produtivo —, e ao próprio papel de regulação social que tem sido um dos principais motores de terciarização, assim como de hierarquização e estruturação espacial.

O período pós-industrial caracteriza-se por um aumento da mobilidade geral da população; pela valorização dos sistemas de informação; pela necessidade de qualidade ambiental; pela importância do Estado Providência, com a alteração profunda da estrutura sexual de activos³, com o aparecimento de um conjunto de novas profissões. Estas surgem a par da procura da qualidade de vida, da valorização social do lazer e do turismo, da maior expressão dos consumos das famílias, com um carácter personalizado e específico ou na dependência do *marketing* concorrencial e massificador que a todo o momento cria opções de consumo de artigos dentro de uma mesma gama ou num leque variado de produtos. Tal situação é responsável pelo aumento significativo da procura de bens e serviços por parte das populações assumindo posição privilegiada um conjunto de actividades com relações estreitas com as práticas do tempo-livre e do lazer, numa sociedade claramente desperta e disponível para essas práticas. Isto depende também do facto de elas serem motivadas social, cultural e economicamente com a família a ser vista como unidade de observação e acção por excelência. Contudo a integração da população nestas actividades fora do tempo de trabalho não encontra ainda as estruturas sociais necessárias para a ocupação desses tempos livres. Isto porque não existe, em Portugal, uma rede de infraestruturas capaz de integrar o aumento do tempo disponível da população.

De facto, o acréscimo do tempo fora do trabalho é um fenómeno evidente na sociedade actual e este problema torna-se cumulativo porque diferentes actividades necessitam de ocupar diariamente quantidades de tempo significativas fora do trabalho. Isto acontece com os reformados, devido à redução da idade de reforma⁴ e ao aumento da esperança de vida; com a alteração ou redução dos períodos de trabalho (parcial, com horário flexível, entre outros); devido à conquista das semanas americanas, com dois dias por semana sem tempo de trabalho; por influência do aumento das profissões liberais, que pela flexibilidade do horário de trabalho permitem o prolongamento temporal contínuo do tempo fora deste; ou, ainda, através da auto-gestão do tempo no trabalho como refere GORZ (1993), sublinhando que há que efectuar uma “real autogestão do tempo e dos horários (...) permitindo ajustar os períodos de tempo livre ao projecto ou à situação familiar de cada um e desenvolver uma cultura centrada sobre as actividades autodeterminadas” (GORZ, 1993). GORZ aponta pois não apenas a necessidade de ocupar o tempo livre, mas salienta que este é tão mais importante porque, como afirma ROSTANG, por ele citado, “a produção de riqueza

³ De facto, a essência revolucionária da sociedade pós-industrial emergente baseia-se muito na abolição do desencorajamento da participação da mulher no emprego (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 17).

⁴ ESPING-ANDERSEN (1993) afirma que revolução importante no mundo do trabalho seria a opção pelas reformas antecipadas.

económica será cada vez menos central na vida social". Por isso mesmo há que dar valor não apenas ao tempo livre, em si mesmo, mas também à forma como se distribuirá o tempo de trabalho na dependência directa da vontade do indivíduo.

Esta diversificação na utilização do tempo (entre tempo no emprego e tempo de trabalho, entre tempo livre e tempo de lazer e todos entre si) motiva, claramente, a necessidade de estudar a forma como se desenvolvem as estratégias, de produção e reprodução, no seio das famílias, unidades de análise social por excelência no mundo ocidental actual. As despesas das famílias e os seus percursos ampliam-se e modificam-se em função das diferentes maneiras de utilização dos espaços, dos consumos e das práticas sociais, com especial incidência quando falamos da sua relação com o lazer. Desta forma, valoriza-se a "existência de práticas com dupla situação, de trabalho e ócio [ao aparecerem] em simultâneo nas práticas do mesmo agente (...) e em situação de co-presença: o produtor e o consumidor, o vendedor e o comprador. Ou seja, as mesmas práticas são efectuadas, por uns, em situação de trabalho, por outros, como lazer (GAMA e SANTOS, 1991, p. 109). Esta diversificação está formalmente implícita na alteração da estrutura da população activa e transpõe para o universo familiar o interclassismo social e a valorização das economias de escala, em sentido restrito. Valorizam-se as modificações de comportamento das famílias perante o consumo tal como as mobilidades por elas suscitadas. Surgem novas actividades que interagem com novos espaços ou espaços antigos que se reestruturam suscitando novos consumos, diferentes percursos, maiores mobilidades e novas formas de trabalho.

As grandes superfícies do urbanismo comercial são o expoente maior na criação dos novos espaços devido ao conjunto de estruturas, serviços e comércios que se organizam em torno de si⁵. Por outro lado, o aproveitamento de antigas áreas, edifícios industriais ou áreas degradadas social e arquitectonicamente é efectuado em espaços com actividades predominantemente comerciais e de serviços, onde se valorizam as superfícies acrescentadas (em altura) através dos edifícios de escritórios e serviços (habitação, estacionamento, hotel) e comércio que cada vez mais personalizam a sua imagem através da referência a um nome próprio e à arquitectura de autor, em vez dos tradicionais edifícios "em branco" (DOMINGUES, 1992, p. 8) como factor promocial no imóvel ao instituir uma imagem específica como suporte de qualidade e funcionalidade. Os hipermercados e os grandes centros comerciais permitem, em termos de consumo uma outra

abordagem que não apenas a da estruturação ou da reestruturação espacial. Assim, estes gigantes de serviços funcionam como templos de consumo alterando os comportamentos humanos em relação ao próprio consumo através de pressões várias, dissimuladas ou concretas, todas com o intuito de aumentar o volume de compras por indivíduo. Desta forma, com a grande capacidade de atracção criada pelas estruturas de serviços e comércios, pela diversidade da oferta, muitas vezes pela qualidade dos produtos e pela boa relação qualidade preço, estes gigantes comerciais funcionam como verdadeiras instituições financeiras, movimentando diariamente avultadas somas de dinheiro. Daí que sejam vistos como a expressão máxima da mutação material defendida por BAUDRILLARD (1970, p. 16) ao afirmar que o objecto perde tempo de vida em relação à vida do homem que o criou, não perdurando devido à atitude consumista. De igual modo expressam uma imagem de "amontoamento" que é a forma "mais plena de abundância" (BAUDRILLARD, 1970, p. 17) sendo raros os objectos que hoje se oferecem isolados. Esta abundância, relacionada com o crescimento da Nova Classe⁶ e, por isso, com a reestruturação da população activa, baseia-se na predominância de altos rendimentos, trabalhos de horários liberais, no controlo do conhecimento e da cultura⁷. Como afirma PAHL, estas características estão em estreita relação com os agregados familiares envolvidos na economia informal ou no trabalho doméstico com o emprego e o aprovisionamento por conta própria, lado a lado, e não sendo substitutos um do outro (SAUNDERS, 1993, p. 339). Todos estes tipos de trabalho contribuem para o desenvolvimento endógeno local e para o processo de terciarização da sociedade contemporânea, na direcção da formação de estruturas locais capazes de dar resposta às necessidades da população em função das características da mobilidade, das comunicações, dos transportes e da própria informática. O "encolher do mundo" (CHAPMAN, 1979) deve ser acompanhado pela expansão das potencialidades locais.

2 — A TERCIARIZAÇÃO E O PROCESSO PRODUTIVO

Os processos estruturais da economia mundial têm, por intermédio do papel de regulação capitalista, introduzido no sistema de relações sócio-económicas

⁵ Conforme afirma SALGUEIRO (1989, p. 152) "embora os supermercados e os primeiros centros comerciais surjam associados a bairros residenciais densos, as formas de maiores dimensões - hipermercados e centros comerciais regionais - aparecem quase sempre na coroa suburbana, por vezes desligados das zonas habitacionais".

⁶ (GALBRAITH, 1957; BELL, 1976; GOULDNER, 1979; GOLDTHORPE, 1982; WRIGHT, 1985; ESPING-ANDERSEN, 1993).

⁷ Todavia, a sociedade pós-industrial "com a flexibilidade de salários (baixos) gera uma nova classe inferior de marginais e trabalhadores sub-proletários (em stand-by) no mercado de trabalho, o que MICHON (1981) e GOLDTHORPE (1990) chamam disponíveis" (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 11).

alterações significativas. A complexificação do sistema de mercado, a evolução e difusão tecnológica, a multiplicação dos consumos individuais e colectivos, que originam uma diversificação da sociedade de serviços, o Estado Providência, têm contribuído para a transformação da estrutura da população activa, tendencialmente no sentido da terciarização e feminização. O aumento da presença de activos no sector terciário da economia e, especialmente, nos serviços relacionados com a informação, com o lazer e com os serviços pessoais e, também, com os serviços colectivos, cria uma sociedade com características diferenciadas daquela que existia no período de desenvolvimento industrial da primeira metade do século XX.

A sociedade contemporânea encontra no consumo a valorização dos processos de relação entre indivíduos sustentando, de igual forma, estreitas ligações com o processo produtivo. Isto veio originar alterações significativas na produção, comparativamente à sociedade industrial já que “os produtos mudam: há uma grande ênfase na qualidade e na durabilidade, e a quantidade de material por produto desce. Os produtos tendem a ser individualizados em vez de produzidos em massa. O ciclo de vida dos novos produtos reduz-se rapidamente, comparado com a produção em massa e os custos de I&D aumentam” (DALY, 1991, p. 35), sendo esta também a posição de BAUDRILLARD, com os objectos a perderem tempo de vida em relação à vida do homem. Tudo isto veio provocar o aumento das indústrias de conhecimento intensivo - diversificando, criando, e inovando - o que provocou a dificuldade de distinção entre os serviços e os outros ramos da economia motivando a necessidade de “procura de serviços externos (...) pelo desejo de adquirir novas ideias ou métodos, ou por razões de lucro, flexibilidade, eficiência e inovação” (BAILLY e MAILLAT, 1991, p. 130). Daqui resulta a importância dos serviços, externos ou internos, em relação à indústria, no desenvolvimento regional endógeno, contribuindo para o processo de terciarização da sociedade. São valorizadas as relações entre serviços e indústria e entre produtor e consumidor de serviços, em ambiências que vão desde a alta tecnologia industrial à prática quotidiana de actividades domésticas.

Convém, contudo, afirmar que a economia (produção, distribuição, informação, regulação) só recentemente valoriza uma gama de premissas com reflexos económicos importantes, que devido ao seu carácter particular e peculiar, menos explícitos ou de difícil contabilização, são omitidos ou minimizados nas contas dos países e onde se inserem os serviços por conta própria (GERSHUNY, 1983), o consumo relacionado com as economias domésticas (PAHL, 1984; HANDY, 1986; SARACENO, 1992), o trabalho no domicílio (HEROD, 1991; LOZANO, 1989). Este processo parece inculcado de tal forma nos processos económicos actuais que surgem novos grandes incrementos de população activa (numa economia legal, negra ou malva) com funções terciárias.

Por outro lado, como afirma A. COSSETTE, citado por BAILLY e MAILLAT (1982, p. 21) “por vezes, firmas e indústrias inteiras consagram-se a operações de tipo informacional (universidade, redes de televisão, serviços informáticos) enquanto que algumas firmas do primário e do secundário consagram uma parte substancial das suas actividades e do seu pessoal a funções quaternárias (pesquisa industrial, planificação estratégica, ou marketing)”, contribuindo, sobremaneira, para o acréscimo do sector terciário na população activa. Também os requisitos de qualidade da sociedade ocidental e ocidentalizada implicam um crescimento do terciário que vê nas profissões técnicas e liberais uma panaceia social e económica motivadora de desenvolvimento. Refira-se, a título de exemplos, a importância dada actualmente à segurança automóvel junto do consumidor; a importância da existência, junto das populações, de um staff técnico adstrito às autarquias, tão importante para definir a isenção e a inexistência de uma tutela burocrática e técnica da Administração Central; a importância atribuída ao ambiente, à sociedade de informação, à educação, à saúde e à segurança social, estes três últimos como baluartes de um sistema de Estado Providência na sociedade ocidental, sustentada por batalhões de técnicos e profissionais especializados, cujo denominador comum parece ser a aquisição de uma grau académico ou obtenção de formação específica.

Mas, para compreender o mundo do trabalho e as características que se situam exteriormente a ele, como, por exemplo, a experiência oferecida pela mobilidade social e geográfica, a posição e o nível social, o ciclo de vida e os modelos familiares (PAHL, 1970, p. 59), assim como a reprodução social, o trabalho informal e ilegal e as economias de escala familiar, há que tomar em consideração a forma como são organizados os consumos.

2.1 — O consumo das famílias, o aprovisionamento por conta própria e o mundo do trabalho

O trabalho, como sugerem GERSHUNY e PAHL, pode ser dividido em três esferas de influência que evidenciam as alterações e diferenciações que são relevantes para o fornecimento de serviços, com o trabalho a ser parte integrante não apenas na economia formal, mas também, na economia subterrânea e na economia informal. A evolução da estrutura da população através do aumento do número de activos no sector terciário, conexo ou não com outros sectores de actividade, e o crescente desemprego fomentam o aparecimento de alternativas de trabalho que se mantêm à margem da economia formal. Como afirma Roger SUE “é, sem dúvida, uma sociedade do desemprego que se prefla no horizonte [com a] redução sensível dos recursos, mudança brutal do estilo de vida para o desempregado e a sua família”, como o mostram a vaga de despedimentos deste princípio dos anos noventa. Esta alteração na estrutura da população activa afecta de forma directa o consumo das famílias. A opção em termos de

trabalho implica novas maneiras de realizar dinheiro ou de o economizar. Daí que “o desenvolvimento do consumo como forma de trabalho [seja] talvez o novo elemento dominante que o capitalismo impôs nas estratégias do trabalho das famílias” (PAHL, 1984, p. 106) através do aprovisionamento por conta própria, do trabalho na residência e do trabalho domiciliário.

Cada vez mais, homens e mulheres optam por formas alternativas de trabalho que não o emprego clássico a tempo inteiro. No caso do trabalho na própria residência ele surge como reflexo do actual mundo dos serviços estar em plena ampliação e esta população poder com o mínimo de meios técnicos e tecnológicos disponíveis dar resposta à muita procura, embora também o trabalho industrial ou terciário domiciliário⁸ esteja em crescimento como estratégia para redução de custos e aumento de competitividade por parte de pequenas e médias empresas (HEROD, 1991, p. 175). Em relação ao agregado familiar, o trabalho na própria residência e o domiciliário facultam uma integração parcial da mulher na esfera da produção e a manutenção de uma forte posição do seu papel na reprodução social. Assim, a mulher pode encontrar a situação que lhe permite preencher todos os papéis sociais e económicos que pretende alcançar ou que lhe são exigidos, porque não aconteceu ainda uma redefinição da divisão tradicional das responsabilidades domésticas e do cuidar das crianças, forçando as mulheres a optarem pelo aumento do seu tempo de trabalho, de acordo com CHRISTENSEN e PAHL (1984, p. 110) ao afirmar que “a mulher faz a maior parte do trabalho doméstico, mesmo com a relação [entre os sexos] que se tem vindo a fazer sentir”. De facto, a maior parte do trabalho doméstico masculino (limpar, cozinhar, passar a ferro, cuidar das crianças) é visto, por parte do homem, mas também entendido como tal por uma grande parte das mulheres, como uma ajuda e não como a realização efectiva das tarefas. Portanto, em termos de estratégia das famílias para resolução dos seus problemas económicos e sociais este tipo de trabalho, na própria residência e domiciliário, é uma opção válida. Todavia representava também uma diminuição das responsabilidades por parte dos empregadores caso o trabalho não seja efectuado por conta própria.

Os trabalhos sequenciados entre cônjuges, a contratação de uma empregada doméstica, o envolvimento da família para cuidar dos filhos, a manutenção dos filhos em instituições de educação são uma série de alternativas

pelas quais as famílias optam em função das suas possibilidades económicas e que implicam diferentes atitudes sociais e económicas. O aumento do trabalho em casa, como o aprovisionamento por conta própria ou o trabalho assalariado, faz em parte de uma larga transformação geográfica dos modelos de emprego que teve lugar nas últimas duas décadas. De facto, um segundo rendimento promove novos consumos que incidem, num primeiro momento, na aquisição de material que reduza as tarefas domésticas e, num segundo momento, em artigos, bens ou serviços que contribuam para o aproveitamento do tempo fora do trabalho ligado ao lazer e às férias e ao convívio social.

O consumo das famílias e as estratégias, arranjos ou compromissos, intra e, por vezes, interfamiliares tem reflexos económicos e resultam de diversos factores de que podemos salientar:

- as características culturais, de formação e educação dos componentes do agregado familiar;
- os tipos de família (individual, nuclear, nuclear singular, polinuclear),
- o nível de rendimento,
- a posição e o nível social do agregado familiar,
- a actividade profissional,
- a localização da habitação do núcleo familiar,
- as características dos serviços oferecidos pelo Estado Providência ou por instituições privadas relacionadas com a assistência social;

como aliás o confirma BAYET *et al.* (1991, p. 23). O consumo e as estratégias das famílias motivam o estudo das relações entre “a divisão do trabalho doméstico e os outros tipos de trabalho fora do emprego com mudanças estruturais na economia formal e mudanças nas tecnologias que servem o agregado familiar” (PAHL, 1991, p. 245), porque a economia doméstica e o aprovisionamento por conta própria, embora informais em relação à economia, se mantêm dentro do circuito de relações financeiras e monetárias da economia formal. O funcionário público que cultiva o seu quintal, compra as sementes, as plantas, os adubos e os utensílios no comércio formal e o dinheiro que utiliza para efectuar essas aquisições provém, com frequência, embora com diferentes níveis de importância, do salário auferido no emprego.

Assim compreende-se que as relações entre a economia formal e a informal adoptem matizes diversificados que originam interpretações várias. Por exemplo, HANDY (1986) apresenta uma tipologia da economia informal que, de algum modo, separa dentro da economia familiar de GERSHUNY, PAHL e SARACENO, a economia malva, relacionada com os serviços pessoais e os negócios caseiros; e a economia cinzenta, onde inclui o trabalho doméstico. Explica-se, por isso, a referência de SARACENO ao afirmar que “o termo trabalho doméstico foi progressivamente abandonado a favor de trabalho familiar com o objectivo de compreender todos os trabalhos necessários hoje em dia à reprodução e criação quotidiana da família e dos indivíduos que a compõem” (1992, p. 182), acrescido também do trabalho necessário para

⁸ O trabalho na própria residência refere-se a formas remuneradas de trabalho que não se integram na economia formal (costura, carpintaria, sapataria, informática), enquanto o trabalho industrial ou terciário no domicílio corresponde a uma contratação por parte de empresas que se situam dentro da economia formal, com o trabalho a ser efectuado em casa pelo trabalhador, que funciona como empregado, embora com menores benefícios sociais. Este trabalho no domicílio pode ser também integrado numa economia negra ou cinzenta (HANDY, 1986).

utilizar adequadamente os serviços público e privado e o trabalho de relação que mantém a rede parental e de vizinhança.

Estas formas de trabalho relacionadas com o lar ou com a residência apresentam uma estreita relação com a redução do horário de trabalho no emprego, os fins-de-semana prolongados, com a melhoria das tecnologias domésticas, com a própria alteração da estrutura do trabalho formal (com a possibilidade de trabalho domiciliário devido à valorização informática e da circulação), e com a alteração da sociedade fomentada pelo sistema capitalista — que estimula o consumo através do alargamento do funcionamento do comércio, e serviços tanto públicos como privados. Esta diversidade de situações fomenta o aproveitamento do tempo fora do trabalho porque esse é efectuado em menos horas e em períodos de trabalho distribuídos ao longo da noite e do dia, o que faculta os compromissos entre a esfera familiar e a esfera do emprego, sendo especialmente relevante na integração da mulher no mundo do emprego. Mas o horário flexível é também adoptado por muitos homens “permitindo que pai e mãe partilhem as responsabilidades sobre os horários das crianças tal como para a realização de algumas funções no lar” (COOK, 1992, p. 207). Verifica-se, pois, uma flexibilização de horários dos empregos fora de casa que se materializa em tempos de trabalho remunerado como o *job-sharing* (partilha de emprego), o *shift-sharing* (trabalho alternado entre os cônjuges), o trabalho a tempo parcial, o horário de trabalho flexível (com tempos de entrada e saída diversificados). As referências efectuadas permitem sublinhar a importância da esfera familiar ou de vizinhança na estruturação do mercado de trabalho e, como tal, torna-se pertinente analisar de que modo a composição do agregado familiar determina o processo de reprodução social e as suas relações com a produção através dos consumos concretizados pelas famílias no aprovisionamento, no lazer, na reprodução ou no processo produtivo formal.

3 — A ESTRUTURA FAMILIAR E AS DESPESAS DAS FAMÍLIAS

Como foi referido anteriormente, a família é um elemento de análise socio-económico muito importante. O seu papel vai muito além da agregação de um conjunto de pessoas. Funciona como reprodutora social e económica e suporte de um conjunto de práticas afectivas, religiosas, culturais e de lazer e por isso a “família é, sem dúvida, a instituição que se encontra no centro da cultura de consumo (...) [como] destinatária da maioria das mensagens consumidoras, ainda que por intermédio do indivíduo” (ZORRILLA, 1990, p. 20).

Todavia, não se deve pensar que o modelo que serve, hoje, como ponto de referência, ou norma social, em termos de agregado familiar - a família nuclear - tenha uma grande retrospectiva histórica. O aparecimento do

capitalismo - e a reorientação da reprodução da classe trabalhadora, que passa a ser mais centrada em casa a partir da segunda metade do séc. XIX (PAHL, 1984, p. 108) — fez com que surgisse a separação entre as esferas de actuação da mulher que viu remetida para o nível privado da família o seu papel de reprodução social, continuando a fazer recair sobre si o fardo de manter o estatuto de reprodutora social do agregado familiar. Durante o século XIX, a separação entre a residência e o trabalho remunerado permitiu uma submissão real do trabalho ao capital através da difusão do sistema de fábricas. Este foi um processo crucial que facilitou a expansão do capitalismo industrial e fez emergir a família nuclear (BARRETT, 1980 citado por HEROD, 1991, p. 181). Até então, nas sociedades pré-industriais, a mulher detinha um papel produtivo e reprodutivo activo indispensável tanto a nível comunitário como familiar. Mas a família deixa de funcionar como um pequeno negócio ou empresa e passa a separar claramente o mundo produtivo do mundo reprodutivo. Daí surgem, em termos espaciais, modificações importantes de que se salienta o crescimento dos subúrbios habitacionais onde a mulher passa a desempenhar um papel de esposa e mãe a tempo inteiro, cada vez mais afastada das esferas da produção. A par desta segregação, inicialmente apenas no seio das classes altas e médias-altas, é valorizada uma estrutura familiar alargada em que o homem era detentor do trabalho fora de casa enquanto a mulher tinha para si as lides domésticas, onde se incluía a educação dos filhos (em termos genéricos a reprodução social). Esta separação foi mantida na ordem industrial fordista “construída em torno de uma divisão sexual do trabalho (...) por causa da natureza dos empregos que a grande indústria oferecia, mas também, porque existiam entraves institucionais, desde a ausência de serviços sociais colectivos até taxas discriminatórias (fiscais) para uma família com dois rendimentos” (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 17).

Por outro lado, nas classes menos abastadas, os filhos, quer em famílias agrícolas, quer industriais, eram uma fonte de rendimento. Devido à sua participação nos trabalhos do campo ou no trabalho industrial aumentavam o rendimento familiar e funcionavam como fonte de riqueza. A sociedade pós-industrial, por seu lado, veio introduzir uma série de novos parâmetros ou um redimensionamento dos mesmos que originaram mudanças profundas nas estruturas familiares. De facto, a valorização das actividades terciárias e o rápido alargamento de quadros e profissões liberais permitiu uma mobilidade social ascendente. A forma de ascensão dependeu em grande parte do adquirir de educação, fundamental para a entrada nesta “Nova Classe”, onde o trabalho manual e o esforço físico foram substituídos pelo esforço mental e pela integração no trabalho do dia-a-dia das potencialidades intelectuais dos indivíduos, em concordância com a afirmação de BERTAUX (1978, p. 56) que nos diz que “quanto mais duramente se trabalha, menos bem se ganha a vida”. Todos estes processos contribuíram para a redução dos agregados familiares perante a necessidade de facultar aos

descendentes a possibilidade ou de se manterem na posição social dos seus progenitores ou de se integrarem numa mobilidade social ascendente. Todavia, deve salientar-se que estas mobilidades ascendentes são geralmente de fraca amplitude, se exceptuarmos a explosão de “colarinhos brancos” na segunda metade do século XX, que permitiu o catapultar sócio-profissional de uma grande quantidade de indivíduos de estatuto inferior, quer intrageracionalmente quer de pais para filhos, associada ao incremento do mercado de trabalho gerido pelo Estado Providência.

A necessidade de oferecer aos filhos a oportunidade de adquirirem educação e a modernização dos consumos originou o aumento das despesas familiares, com a alteração substancial da evolução temporal dos gastos familiares no ciclo de vida e, também, porque os artigos vêm o seu período de utilização reduzido (cfr. citação de BAUDRILLARD neste texto). Os filhos representam um aumento continuado de gastos até ao momento em que formam a sua própria família (individual, nuclear ou plurinuclear). Desde o momento do nascimento dos filhos, com o início da reprodução no seio da família, que se verifica um aumento das despesas. Estas prolongam-se pelo processo de crescimento, embora com características diferenciadas em função do nível etário, implicando a necessidade de um investimento reprodutivo importante e continuado.

Mas os aspectos reprodutivos familiares e extra-familiares impõem consumos que dependem de dois factores internos à família: da idade dos membros dependentes da família e do rendimento do agregado; embora características como a categoria sócio-profissional e as habilitações literárias⁹ sejam também importantes.

Os gastos com os filhos determinam uma separação clara na estrutura de consumos efectuados pelas famílias. Obviamente que estes gastos variam com a idade dos filhos. O que acontece efectivamente é que a infância representa um período de despesas que implicam geralmente uma grande importância da alimentação e do vestuário, secundados pelas despesas com brinquedos, numa situação de opção de aquisição dependente da vontade e disponibilidade económica dos pais. Todavia, ainda na infância começam a surgir despesas com a educação que dizem respeito à escolaridade obrigatória, que pode ser oficial ou particular - o que influencia as despesas -, mas também a outras formas de ensino que passam pela valorização de alguns dos novos serviços oferecidos à população e especialmente à população jovem e muito

jovem (é o caso dos jardins infantis, das escolas de natação, de bailado, das ocupações de tempos livres, entre outras). Por seu lado, o período da juventude dos filhos implica uma acumulação das despesas. Para além da manutenção dos gastos do período anterior, são valorizadas agora as opções dos filhos que originam a aquisição de produtos que valem pela sua imagem e pelo que representam socialmente - fenómeno extremamente importante na juventude urbana dos nossos dias -, facto que é responsável pelo aumento das despesas, em estreita relação com a publicidade e com o fenómeno do artigo de marca (franchising). A par disto surgem outras ocupações que representam um aumento dos consumos como é o caso, por exemplo, do lazer (aparelhagens de hi-fi próprias, filmes, videogravadores, pranchas de surf, motas, cinemas, espectáculos, viagens) ou da frequência de actividades culturais de formação (institutos de línguas, por exemplo).

Todas estas despesas podem ainda, por vezes, ser acrescidas com as de uma segunda habitação (alugada ou própria), com as propinas para a frequência do ensino superior, a que se juntam as despesas com a alimentação e com lazeres diversos, geralmente acrescidos devido às alterações de comportamento que implicam o afastamento do agregado familiar.

Obviamente que todo este fasear de temporalidades depende em primeira análise do rendimento das famílias. Este facto é explorado por BAYET *et al.* (1991) ao afirmar que o rendimento se manifesta como principal factor influenciador dos consumos. Desta forma, e relativamente aos filhos, são as famílias mais abastadas que têm um maior quinhão de despesas com as crianças e especialmente no caso dos bebés. De facto, a guarda das crianças (ama ou infantário) e as despesas em vestuário são muito importantes, e especialmente expressivas no espaço urbano, no seio das famílias de rendimentos elevados. Nas famílias com menores rendimentos surgem duas situações que parecem ser verosímeis: o papel da segurança social que cria alternativas de guarda dos bebés e crianças de forma mais económica, quer através de infantários mais baratos ou, ainda, por escalonamento de rendimentos para a atribuição de mensalidades; e o papel da vizinhança ou da família, quando há coincidência espacial de residências, e geralmente relacionado com o espaço periurbano ou rural. Isto permite que avós, amigos ou vizinhos tomem conta das crianças, de forma gratuita, remetendo-nos para uma situação de trabalho voluntário ou, ainda, como troca de favores, num processo de relações sociais que se manifestam na dependência das características do espaço onde se realizam (ou das relações sociais que se criam) e do nível de rendimentos das famílias. Esta problemática parece recair também, cada vez com maior acuidade, nas responsabilidades das famílias para com a sua ascendência, o que origina maiores consumos colectivos ou uma outra estrutura da habitação, mas sempre maiores despesas e normalmente maior ocupação do seu tempo livre, ou talvez mais correctamente, do seu tempo fora do trabalho.

⁹ Estes factores: rendimento, tipo de família, categoria sócio-profissional e habilitações literárias; são alguns dos que são referidos por BAYET *et al.* na revista *Economie et Statistique*, n.º 248, “Les choix de consommation des ménages: une question de revenu avant tout”, embora referindo-se a um conjunto de consumos muito mais amplo.

Aspectos como a categoria sócio-profissional e as habilitações literárias, que têm também subjacente o rendimento, são importantes nos consumos com o agregado familiar que inclui filhos e outros dependentes. Isto porque aqueles parâmetros implicam diferenciações nas prioridades de oportunidades oferecidas aos filhos, com a consequente influência nos consumos efectuados. A opção pelo instituto de línguas, pela mota, pelas viagens de férias, pelas “mesadas”, para além de dependerem do rendimento da família, dependem também da forma como os pais entendem a integração social e a formação cultural dos filhos, entendimento que depende de aspectos vários de que se pode salientar a experiência sócio-profissional, as habilitações literárias ou o ciclo de vida.

O consumo é ainda ampliado através da diversificação da procura e da necessidade de aquisição da imagem de marca e do produto único. As pessoas deixaram de se sentir bem por terem as mesmas coisas que o seu vizinho e isso parece ser mais evidente em famílias onde a categoria profissional e as habilitações literárias são mais elevadas. E isto é tão mais importante se se verificar que a função da família no consumo se reflecte na reprodução social “através da qual a criança assimila os valores da sociedade a que pertence por nascimento [e faz] a aprendizagem dos valores de consumo através da família [porque, com efeito] aprender a consumir é o mesmo que aprender a integrar-se no meio (ZORRILLA, 1990, p. 20). Não é pois de estranhar que “as necessidades das pessoas, estilos de consumo, padrões de actividade fora do trabalho, sejam, em grande parte, determinados pelo sistema capitalista criando novas necessidades e desejos, inculcando às pessoas que os novos e alterados produtos os poderão tornar mais felizes (PAHL, 1984, p. 106). Mas todo este processo passa também pelo aumento dos rendimentos das famílias que depende, cada vez mais, do duplo rendimento ou mesmo da dupla carreira que leva mais mulheres a procurarem e a prepararem-se, técnica e cientificamente, para efectuarem trabalhos remunerados na economia formal.

4 — O PAPEL DA MULHER NA ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL

Outro aspecto importante no processo de modificação das estratégias familiares passa pela reintegração da mulher no mundo do trabalho remunerado, ou na população activa. De facto, a partir da década de quarenta a mulher tem vindo a ser estimulada a integrar-se no mundo do trabalho activo. A diminuição do número de homens disponíveis para a vida activa durante esse período determinou a utilização crescente de mão-de-obra feminina. O posterior incremento de teses feministas incentivou muitas mulheres a participar no processo de obtenção de rendimentos familiares como forma de alcançarem uma posição, no seio da família, menos dependente, naquela que pode ser classificada como a mais importante estratificação social ao

verificarmos que “não há sociedades onde os homens não tenham mais riqueza, estatuto e influência do que as mulheres” (GIDDENS, 1989, p. 256). A mulher que tem apenas um papel na esfera familiar funciona como um recurso, embora sem um salário visível ou rendimento efectivo, mas permite a obtenção do mesmo através de outros membros da família e promove a reprodução social podendo ser mesmo um “ indicador de bem-estar no sentido em que mais famílias tiveram acesso a um recurso, a uma trabalhadora altamente qualificada que integra com o próprio trabalho não remunerado o rendimento monetário ganho pelo marido” (SARACENO, 1992, p. 182).

Extremamente importante em toda esta dialéctica entre mulher esposa e mãe e mulher trabalhadora operária são as pressões da sociedade urbana que sendo responsáveis por um acréscimo e diversificação de consumos, desde os básicos aos supérfluos, forçaram as mulheres a integrar o mercado de trabalho (PRATT e HANSON, 1991, p. 63), vista como forma de suplantar as dificuldades económicas da família, responsável por alguns consumos suplementares, sublinhando aquilo que foi acima referido. Isto sucede principalmente quando a conjugação de rendimentos permite economias que resultam de estratégias familiares, devido a uma dupla carreira, que depende, com frequência, da importância da criação de postos de trabalho pelo Estado Providência¹⁰. Tornou-se inevitável, em termos de estratégia familiar, a necessidade de obter uma economia de escala que se materializa com frequência na existência de um duplo rendimento numa mesma família, mas que origina, também a necessidade de aquisição de electrodomésticos economizadores de tempo. As máquinas de cozinha, de onde podemos salientar a máquina de lavar roupa, a máquina de lavar loiça, a arca frigorífica, o forno micro-ondas, os robots, são alguns electrodomésticos que libertam a mulher e a família para várias actividades e a que encabeça a lista é, sem dúvida alguma, a actividade profissional da mulher, embora também tenham um papel importante na criação de tempo de lazer no tempo fora do trabalho. Todavia, permite também que a família, ou a mulher, ao ter mais tempo livre possa utilizá-lo como tempo de aprovisionamento por conta própria, substituindo serviços que implicariam outros consumos (pinturas, reparações, cultivar produtos hortícolas, criar animais de capoeira, fazer a manutenção do carro, cortar o cabelo às crianças, fazer geleias e doces, etc.). Mas a sua expressão na economia formal está sempre presente porque qualquer

¹⁰ De facto, a participação da mulher a tempo inteiro numa carreira, depende duplamente do Estado Providência porque para além da criação dos postos de trabalho, permite também a disponibilização do trabalho de reprodução social da família através da criação de serviços sociais colectivos. A par de tudo isto, pode salientar-se ainda que “os trabalhos nos serviços são mais flexíveis e menos exigentes fisicamente, facilitando o acesso a empregos, por parte do sexo feminino, no sentido de oferecerem trabalho pago no que eram essencialmente tarefas de reprodução social (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 17).

uma destas actividades necessita de materiais que têm que ser adquiridos, normalmente nos comércios e serviços da economia formal, embora a sua obtenção possa ser conseguida também no mercado informal (tintas compradas a um amigo a quem tinham sobrado quando pintou a sua casa, madeiras ou cimento que tinham sobrado de reparações anteriores, utilizar sementes de outras colheitas anteriores, efectuar a reprodução de animais de capoeira, utilizar as frutas do pomar para fazer as geleias e os doces).

Quando nos debruçamos sobre a estrutura do consumo familiar é fácil constatar que existem despesas obrigatórias e outras que têm um carácter facultativo. E se estas dependem do rendimento do agregado familiar, também as primeiras (alimentação e vestuário) podem depender das características do agregado. Todavia, o comportamento do consumidor depende não apenas do nível de rendimentos, mas também do seu estilo de vida. De facto, à quantidade de vida - a soma dos bens materiais de que disfruta a população - opõe-se a qualidade de vida que se baseia nos bens que tornam a vida aprazível (ZORRILLA, 1990, p. 84). O consumo, actualmente, não consiste apenas na aquisição de bens primários ou básicos, mas compreende ainda a forma como esses bens são usados e a obtenção de bens e serviços que reflectem necessidades não básicas nem primárias e que têm muito a ver com o preenchimento de necessidades culturais, desportivas, sociais ou de lazer. É precisamente dentro deste consumo de qualidade e na variedade de usos dos artigos primários ou básicos que melhor se conseguem identificar novos comportamentos.

A já referida integração da mulher no mundo do trabalho é uma forma de concretização destas estratégias que valoriza cada vez mais o tempo de férias, o tempo de lazer fora de casa e o tempo de lazer doméstico. Esta preocupação com o tempo livre envolve aspectos vários que passam, por exemplo, pelos percursos casa-trabalho e trabalho-casa e pelos itinerários paralelos que a ele estão ligados - as necessidades médico-sanitárias da família, a resolução de problemas burocráticos e administrativos, entre outros. Mas dentro de casa este tempo passa ainda pelos trabalhos domésticos, de manutenção e de rotina, num fenómeno que parece em crescendo porque "parecem existir poucas dúvidas que desde 1950 houve um aumento substancial do trabalho feito pelos membros do lar" (PAHL, 1984, p. 104).

Novos recursos técnicos e tecnológicos têm fomentado novos consumos. De entre estes devem-se salientar aqueles que vieram contribuir para diminuir uma sobrecarga de trabalho sobre a mulher vista como esposa e mãe. De facto, a sua repartição pelas esferas da produção e familiar implicam a necessidade de reduzir o tempo gasto com algumas tarefas do âmbito do agregado familiar. Daí que não seja de estranhar que em agregados familiares com rendimentos resultantes do trabalho dos dois cônjuges surjam economias na execução de tarefas através da introdução de equipamento doméstico e produtos descartáveis, entre outros. Esta introdução é tão mais importante porque para além de reduzir o tempo gasto com

actividades domésticas funciona como motivador de uma maior participação masculina nestas actividades, libertando a mulher, para trabalhos produtivos e a família ao aumentar substancialmente o tempo de lazer potencial, como atrás foi referido. Mas, apesar da libertação fomentada pela tecnologia doméstica e pela maior participação do homem nos trabalhos domésticos rotineiros, especialmente nas classes médias, onde a tendência de participação do homem nessas actividades é maior, a mulher passa a ter mais horas de trabalho diário.

A mulher continua, ainda, mais ligada do que o homem ao mundo doméstico-familiar, embora se observe também que existe um acréscimo do número de famílias não nucleares com o aumento do número de famílias individuais ou singulares, evidenciando uma evolução concreta, notória principalmente nos grandes centros urbanos, de reestruturação da demografia ocidental.

A actual divisão doméstica do trabalho restringe as oportunidades da mulher integrar empregos que necessitem de muito tempo disponível, viagens ou mobilidade geográfica (PRATT e HANSON, 1991, p. 151), embora se deva salientar que na situação de duplo rendimento os cônjuges com dupla carreira possam ser analisados separadamente já que a disponibilidade de tempo e a mobilidade geográfica entre os cônjuges se aproxima. Verifica-se que as razões que impelem as mulheres para esse trabalho, que tinham sempre em consideração os encargos familiares e os rendimentos, passam a depender da vontade própria e da necessidade de participar, de forma activa, no mundo da produção de cariz físico ou intelectual. As razões que explicam a integração estão relacionadas com factores como a localização próxima de casa ou uma localização conveniente, com o trabalho a tempo parcial ou um bom horário ou, ainda, com um bom pagamento ou o aumento de rendimento familiar. Este factores podem explicar uma segregação ocupacional da mão-de-obra feminina, que deixa de estar exclusivamente dependente da descontinuidade do trabalho (tempo parcial, gravidez) como defende a Teoria do Capital Humano, mas resultam, também, de restrições sócio-espaciais (PRATT e HANSON, 1991), se bem que, mais uma vez, a dupla carreira funcione como excepção e materialize a opção de vontade de participar activamente no mundo do trabalho.

A integração da mulher no mundo do trabalho reveste-se, pois, de aspectos peculiares que diversificam as relações com a família e com o lar. As crescentes aspirações de trabalho por parte da mulher implicam que se despoletem situações de compromisso que fazem com que as condições de trabalho sejam mais precárias, embora seja "irrefutável que o modelo de trabalho na economia formal está em alteração (...) e isto tem sido compensado, apenas parcialmente, por um incremento no emprego em *part-time*, principalmente para mulheres no sector dos serviços" (PAHL, 1984, p. 89), frequente no Estado Providência. Trabalho a tempo parcial fora de casa; trabalho mais próximo de casa, logo menor possibilidade de escolha; trabalho na própria residência (cfr., nota 8); ou

trabalho domiciliário são algumas das hipóteses que podem revestir este compromisso. Embora com desvantagens nas economias locais, esta integração da mulher no mundo do trabalho pode ser especialmente importante caso as oportunidades de emprego tradicionais estejam em declínio. Um declínio no número de empregos da chamada economia formal atrai o interesse por outras formas de trabalho e as esposas que se integram no mundo do trabalho tornam-se o ingrediente crucial para afastar as famílias da pobreza (PRATT e HANSON, 1991, p. 62).

5 — NOVAS PROFISSÕES E NOVOS CONSUMOS

A sociedade pós-industrial confronta-nos com o aparecimento de um conjunto de novas profissões ou novas formas de prover os serviços necessários, no dia a dia das famílias, que são o resultado da importância das anteriores premissas e onde a mulher detém uma importância crescente, não só em termos reprodutivos mas também de produção. Esta relevância faz ainda salientar o aproveitamento do tempo fora do trabalho dos constituintes do agregado familiar que substituem com a sua ocupação durante o tempo livre a contratação de serviços domésticos variados (reparações, alterações, melhorias). A perspectiva observada por GERSHUNY e MILES (1983, pp. 1 e 2) valoriza precisamente esta forma de utilização do tempo livre denominando-a como “serviços inovadores” integrados num conjunto que refere como “funções de serviços” e integra “associações voluntárias, famílias e indivíduos [que] podem produzir as suas funções de serviços finais de maneira informal no seu tempo livre” (GERSHUNY e MILES, 1983, p. 4).

Permanecendo em estado de latência até ao momento em que o mundo científico sente ser necessário humanizar os processos e os sistemas, estas novas profissões ganham significativa importância a partir desse momento. A premência de o mundo industrial e os seus produtos se tornarem conhecidos — devido à concorrência crescente, mas também vistos como efectivamente úteis, ou, como tal, através de campanhas de informação e publicidade, ou ainda como não lesivos da sociedade e do meio ambiente —, forma um conjunto de quadros que se integram, directa ou indirectamente, no sector terciário da economia. Por outro lado, o desenvolvimento e difusão tecnológicos, através das técnicas de informação, dão a conhecer a cada homem os progressos da humanidade, alfabetizam-o, confrontando-o, simultaneamente com os resultados desse desenvolvimento. Tal confronto tem-se concretizado num aumento significativo da procura de bens e serviços, cada vez mais variados, por parte dos indivíduos. Desta forma, grandes empresas e pequenas e médias empresas pululam na tentativa de satisfazer essa procura, um novo mercado a explorar numa sociedade em plena mudança.

Perante este cenário de alteração da estrutura da população activa torna-se importante salientar as modificações de comportamento da população perante o

consumo e as interligadas com novas ofertas, tais como as mobilidades suscitadas por este comportamento consumista, fomentado ou não.

Uma forma de determinar as consequências deste processo passa pela identificação dos consumos das famílias. Por isso mesmo, torna-se importante auscultar até que ponto as famílias se integram ou não neste consumismo. BAYET (1991) afirma que o rendimento não tem grande influência na alimentação, no aprovisionamento quotidiano e nas despesas de massa (loto, tabacaria, jeans), mas é o principal factor definidor do consumo. Este manifesta-se em consumos como as despesas de luxo (impostos sobre rendimento, férias, seguros), as despesas com bebés (como atrás foi referido), as despesas com a habitação, com os maiores rendimentos a originarem situações de propriedade e os menores rendimentos de aluguer. Todavia, nos nossos dias, tudo parece facilitado com fórmulas para ultrapassar qualquer problema: o aborto para a natalidade, o divórcio para o casamento, o crédito para o consumo; com a pressão sobre as pessoas a alterar-se completamente, porque faseada e com atribuições sociais e económicas crescentes. A alimentação e o vestuário que representam os maiores quantitativos de despesas na sociedade rural e na sociedade industrial, diminuem de importância na sociedade de consumo pós-industrial. Também a profissão¹¹ (influenciada pelas habilitações literárias e pelo rendimento) condiciona o consumo e com ele se relaciona directamente: por exemplo, na opção por uma residência secundária, com as despesas em seguros, em serviços domésticos, em táxis ou em despesas com a propriedade. A sociedade de consumo tem vindo a alterar a maneira de ser e estar das populações, quer nos consumos propriamente ditos, quer na espacialidade dos mesmos, tal como na das próprias famílias. Segundo esta perspectiva, o conhecimento dos percursos, dos consumos, do nível de vida da população, tanto temporal como espacialmente, revela-se pertinente e, como tal, assunto de análise como forma de poder fornecer uma melhor identificação da importância da economia de serviços na sociedade contemporânea.

6 — A RESIDÊNCIA E OS PERCURSOS DAS FAMÍLIAS

Perspectivados num espaço funcional e centrados numa abordagem onde a vertente sócio-cultural assume um papel de definição muito importante, a mobilidade e os movimentos dos indivíduos integram-se nas relações que se estabelecem entre os centros urbanos e as áreas suburbanas entre os centros e as periferias, num processo

¹¹ Daqui resulta a grande importância deste factor numa sociedade que tende a ser predominantemente terciária na sua estrutura da população activa.

de terciarização espacial que se estrutura em torno da construção de edifícios para habitação criando espaços com atribuições funcionais específicas. É, pois, importante identificar as localizações das diferentes residências dos indivíduos (mantidas ou não) ao longo da sua vida e auscultar sobre possíveis alterações de localização de residência tendo em consideração a evolução da ocupação ou profissão e da situação na profissão dos elementos do agregado familiar. Este fenómeno, que se inicia no século XIX, de separação entre a área de domicílio e a área de emprego como atrás foi referido, encontra-se hoje valorizada através de uma diversidade de relações de substituição e transformação que alteram a forma e a funcionalidade dos espaços. As zonas industriais periurbanas dão lugar a extensas urbanizações de loteamentos habitacionais, que se instalam, também, “paredes meias” com as aldeias da periferia próxima dos centros urbanos, fomentando a multiplicação das formas de relação social entre o espaço urbano e o espaço rural, assim como reformulam por completo o espaço rural ao despontarem, no meio dos campos, como satélites dormitórios com uma qualidade (ambiental, arquitectónica, de serviços) que é determinada pelos preços e, obviamente, pela localização dos empreendimentos.

Desta forma, é relevante caracterizar os percursos familiares através do conhecimento das ocupações e/ou profissões o que permite, também, orientar a pesquisa no sentido de reconhecer uma evolução no tipo de profissão. Trata-se de identificar, no seio do agregado familiar, os reflexos das alterações sócio-económicas que nos transportaram de um mundo cujas bases assentavam na produção e no emprego, principalmente o industrial, para um outro onde o assento tónico recai sobre os serviços, a importância da qualidade de vida e a livre expressão individual, a mobilidade, a cultura, a educação e o lazer com estas novas facetas a reflectirem-se com grande importância no seio dos agregados familiares.

De facto, a maneira de pensar o mundo do trabalho encontra-se intimamente associada com as características da habitação¹² (localização, arquitectura, acessibilidade, equipamentos). A realização profissional reflecte-se na imagem que o indivíduo transmite. A transposição dessa imagem para o plano particular, familiar alargado e do dia-a-dia, efectua-se através dos usufrutos de bens e obtenção de serviços que são o resultado do rendimento auferido na prestação profissional. Neste âmbito, ganham especial significado a área de localização da residência, assim como, o conforto que o indivíduo dela pode retirar e, cada vez mais, as relações com os amigos e com

os colegas, através de um intrincado processo de influência social e marketing individual, mas também, em função da necessidade de valorização do estabelecimento de laços sociais e vínculos de amizade, formas sociais que se reflectem também na posição social e no nível cultural das famílias.

Assim, a residência é, na sociedade consumista em que vivemos, uma forma de exteriorizar o estilo de vida, a posição social, tal como, a cultura e a sensibilidade do indivíduo. Daqui resulta que a profissão/remuneração pode afectar decisivamente a localização e o tipo de habitação ou habitações das famílias, tanto sob o ponto de vista do conforto, entendido como forma de valorização do tempo fora do trabalho ou mesmo do tempo de lazer, como sob o ponto de vista da sua localização. Esta localização depende, obviamente, da estrutura da oferta e da procura, do inflacionar do valor dos terrenos para construção, do próprio *marketing* habitacional, do nível de serviços do lugar, e em última, ou primeira análise, dos laços afectivos com o lugar. Mas também deve ser interpretado em função de diferenciações de escala de análise necessárias para o estudo de alterações de residência onde as distâncias vão para além da do centro urbano ou das periferias próximas entre diferentes espaços funcionais. A mudança de localização devida a motivos profissionais e relacionada com o próprio local de trabalho e a procura de uma residência que faculte um acesso rápido e pouco cansativo são o propósito da maior parte da população activa, se se tiver em atenção que os percursos individuais dependem, para além dos custos que envolvem, também do tempo que as distâncias demoram a percorrer e dos obstáculos psicológicos que se produzem em diferentes pontos desses percursos. Isto é tão mais importante porque os percursos na sociedade actual têm tendência a ampliar-se de forma dificilmente controlável devido à sobreposição de compromissos sociais, familiares e profissionais dos indivíduos.

Devido à importância destas mobilidades e aos consumos que elas implicam, o agregado familiar conjuga uma série de estratégias de forma a contrabalançar as despesas com elas relacionadas. A percentagem de despesas com a habitação, no espaço urbano, são uma parte muito relevante do orçamento familiar. Por isso mesmo surgem diversas situações de adaptação da habitação ao padrão de vida dos agregados familiares: desde a necessidade de alugar casa no centro urbano, porque os meios de deslocação não são próprios, com o conseqüente aumento das despesas com a habitação, pelo facto de as rendas serem mais elevadas em relação ao espaço periurbano; até ao aluguer de habitação no espaço periurbano porque se torna inviável suportar os preços de aluguer das áreas centrais e a necessidade de aumento dos gastos com transportes, também com a diminuição do tempo livre; desde a aquisição de casa própria nos subúrbios porque a disponibilidade de capital é pequena, tal como podem ser pequenos os recursos para pedido de empréstimo às instituições financeiras para aquisição de casa própria; até à aquisição, por opção, no

¹² Reflecte-se também na possibilidade do agregado familiar beneficiar, por herança, aquisição ou construção, de uma segunda ou mais residências que contribuem para a importância das despesas com a habitação e aumentam os consumos significativamente perante a necessidade de mobilar, manter e equipar uma segunda residência ou de não ter de efectuar despesas com a renda da habitação.

centro ou na periferia, porque se prefere o bulício e a proximidade dos serviços ou a calma e a privacidade do espaço periurbano. Tudo isto implica opções familiares que passam pelo rendimento, pela estrutura do agregado, pelas actividades e ocupações dos elementos da família que se materializam em fluxos e se expressam em despesas várias que influenciam o dia-a-dia das famílias e impõem tomadas de posição que determinam as relações de reprodução e de produção. Tanto mais que as diversas disponibilidades monetárias das famílias determinam diferentes tamanhos da habitação que definem: quer os consumos (casas maiores necessitam de mais equipamentos); quer as formas de reprodução social (visto que a casa pode ter apenas a superfície coberta ou também terrenos anexos), assim como, em última análise, o conforto, que embora possa estar expresso na acessibilidade da habitação, é representado pelo nível de equipamento de que as pessoas fazem usufruto.

A acessibilidade, de e para a habitação, é também, muito relevante pois a deslocação para o local de trabalho, que pode ser visto como um dos aspectos que melhor caracteriza a sociedade actual nos países desenvolvidos, é responsável pela implementação de grande parte das infraestruturas de transporte e viárias e expressa na mobilidade pendular da população que reflecte uma das facetas mais criativas das estratégias familiares. De facto, o tempo de deslocação imposto pelas características do percurso (trajectos, tipo de piso, número de paragens, carga das vias) e pelo meio de deslocação utilizado, define a própria estruturação urbana e fundamentalmente o crescimento periurbano e a segregação sócio-espacial. E o estudo destes movimentos pendulares é tão mais importante devido ao facto de se interpoem entre local de residência e local de trabalho um conjunto de “apeadeiros” relacionados com actividades específicas que têm como resultado o aumento da distância tempo e frequentemente da distância absoluta e que impõem ao agregado familiar o delinear de acções concertadas e específicas de forma a que sejam alcançados os objectivos a que se propõe.

Estes movimentos devem ser, pois, interpretados num duplo sentido: de distância absoluta e de distância tempo, simultâneas ou não. Verifica-se um avolumar das distâncias percorridas pelas populações entre o lugar de residência e o lugar de trabalho. O acréscimo dos itinerários acontece devido à circunstância de entre os dois pontos extremos surgirem outros locais de paragem. De facto, o levar o filho à natação, o tomar o café da manhã fora de casa, a aquisição da imprensa diária, a passagem pelos pais, pelo jardim infantil ou pela escola; estabelecem percursos em que os nós se multiplicam e que se acumulam com os do período vespertino. Aqui, as actividades lúdicas, recreativas ou culturais do indivíduo, o ir buscar os filhos à escola, o seu acompanhamento até ao curso de inglês, de bailado, de música e/ou à explicação e a combinação de horários com o cônjuge impõem uma grande ampliação dos movimentos pendulares da população com ligações diárias aos espaços urbanos. Se assim não suceder verificar-se-á um acréscimo

nas despesas através dos percursos efectuados nos Transportes Públicos ou através da aquisição de um segundo carro. Salientam-se aqui, por isso, as estratégias familiares na obtenção de economias de escala. Daí que a necessidade de aquisição de uma ou mais viaturas próprias seja muito importante nas despesas das famílias, especialmente as que têm as suas actividades diárias bipolarizadas no centro urbano e entre este e o espaço periurbano. A imposição de horários relativamente rígidos não se compadece com uma ocupação do tempo mais diversificada e as famílias vêem-se forçadas a adquirir um ou mais carros, em função das características e localização da sua actividade profissional e da tentativa de valorização do seu tempo fora do trabalho ou do dos seus familiares.

De facto, as estratégias familiares encontram-se claramente viradas para a concretização de um tempo fora do trabalho que possa ser o mais aprazível possível e para isso as famílias predispõem-se a uma acumulação de capital para tais fins porque “o tempo de lazer é para consumir” ZORRILLA (1990). Mas, e ainda também porque a utilização do tempo livre funciona como forma de aprovisionar serviços “o desenvolvimento do consumo [afirma-se] como forma de trabalho” (PAHL, 1984, p. 106).

BIBLIOGRAFIA

- BAILLY, A. e MAILLAT, D. (1988) - *Le secteur tertiaire en question. Activités de service, développement économique et spatial. Diffusion*, Económica, Paris.
- BAILLY, A. e MAILLAT, D. (1991) - *Servic and regional metropolitan development*, ed. P.W. Daniels, Routledge.
- BAUDRILLARD, Jean (1970) - *A sociedade de consumo*, Edições 70, Lisboa.
- BAYET, A.; CHAMBAZ, C.; GEUGANO, Y. e HOURRIEZ, J. M. (1991) - “Les choix de consommation des ménages: une question de revenu avant tout”, *Economie & Statistiques*, nº 248.
- BERTAUX, Daniel (1989) - *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Série Cultura. Moraes Editores, Lisboa
- CASTELLS, Manuel (1993) - *The informational city*, Blackwell, Oxford.
- COOK, Alice (1992) - “Can work requirements accomodate to the needs of dual-earner families?”, *Dual-earner Families. International perspectives*, Suzan Lewis, Dafna Izraeli, Helen Hootsmans eds., Sage, Londres
- DALY, M. T. (1991) - “Transnational economic bases: from the mass production society to the world of finance”, *Services and metropolitan development*, ed. P.W. Daniels, Routledge.
- DOMINGUES, Álvaro (1992) - “Área metropolitana do Porto”, *VI Colóquio Ibérico de Geografia*, Visitas de Estudo, Instituto de Geografia, Porto (Fotocopiado).
- ENGLAND, Kim V. L. (1991) - “Gender relations and the spatial structure of the city”, *Geoforum*, vol. 22, nº 2, pp. 135-148, Pergamon Press, Oxford
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (1993) - *Changing Classes. Stratification and mobility in post-industrial societies*. Sage. Londres.

- GALBRAITH, J. Kenneth (1987) - *La sociedad opulenta*, Editorial Ariel, Barcelona.
- GAMA, António e SANTOS, Norberto (1991) - "Tempo livre, Lazer e Terciário", *Cadernos de Geografia*, n.º 10, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- GERSHUNY, J. I. e MILES, I. (1983) - *The new service economy*, Frances Pinter, Londres.
- GORZ, André (1993) - "Bâtir la civilisation du temps libéré", *Le Monde Diplomatique*, n.º 468, Mars, Paris
- HANDY, Charles (1986) - *El futuro del Trabajo Humano*, Editorial Ariel, Barcelona.
- HEROD, Andrew (1991) - "Homework and the fragmentation of space: challenges for the labor movement", *Geoforum*, vol. 22, n.º 2, pp. 173-183, Pergamon Press, Oxford.
- PAHL, Raymond (1985) - The restructuring of capital, the local political economy and household work strategies, *Social Relations and Spatial Structures*, Critical Human Geography, Derek Gregory and John Urry eds., Macmillan, Londres.
- PAHL, Raymond (1984) - *Divisions of labour*, Blackwell, Oxford
- PEREIRA, Teresa Alves (1989) - "Portugal que terciarização". *V Colóquio Ibérico de Geografia*, Léon.
- PORTAS, Nuno (1988) - *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 5-26, Poder Local, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.
- REMY, Jean (1982) - *La ville: Phénomène économique*. Éditions "Vie Ouvrière", Cabay.
- REYNAUD, Alain (1981) - *Société, espace et justice: inégalités régionales et justice socio-spatiale*. PUF. Paris.
- SALGUEIRO, T. Barata (1989) - "Novas formas de comércio". *Finisterra*, vol. XXIV, 48, pp. 151-217, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- SARACENO, Chiara (1992) - *Sociologia da família*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.
- SAUNDERS, Peter (1993) - *Social theory and the urban question*, Routledge. Londres.
- WALLERSTEIN, I. (1993) - "Culture as the ideological battleground of the modern world-system", *Global Culture*, Mike Featherstone ed., Sage, Londres.
- ZORRILLA CASTRESANA, R. (1990) - *El consumo del ocio, Una aproximación a la teoría del tiempo libre desde la perspectiva del consumo*. Departamento de sanidad y consumo, Dirección de Consumo, Gobierno Vasco. Vitória.